

PROTESTANTES NA TERRA DE TODOS OS SANTOS: ACORDOS, DISPUTAS E POLÊMICAS

Elizete da Silva¹

Resumo: Este artigo analisa a inserção dos protestantes na Bahia no século XIX e as relações estabelecidas com os católicos. A Igreja Católica manteve-se como religião oficial do Império, até a Proclamação da República. A Bahia British Church, a Igreja Presbiteriana e a Primeira Igreja Batista organizaram-se em Salvador, a sede do Arcebispado Primaz do Brasil. Eram confissões cristãs, mas em permanente tensão, revelada por meio dos discursos, das práticas e da disputa de fiéis, num cenário religioso com profunda intercessão com a política e as estruturas da sociedade. A intolerância deu a tônica e em lados opostos concorriam os papistas idólatras, como eram designados os católicos pelos protestantes, versus hereges, seguidores de seitas adventícias, como os reformados eram denominados pela igreja majoritária.

Palavras-Chave: protestantes; católicos; Bahia.

PROTESTANTS IN THE LAND OF ALL SAINTS: AGREEMENTS, DISPUTES AND POLEMICS

Abstract: This article analyses the insertion of the Protestants in Bahia in the 19th century and the established relations with the Catholics. The Catholic Church remained as the official religion of the Empire until the Proclamation of the Republic. The Bahia British Church, the Presbyterian Church and the First Baptist Church, organized themselves in Salvador, the seat of the Archbishop Primate of Brazil. They were Christian confessions, but in constant tension, revealed through the speeches, the practices and of the dispute of believers, in a religious setting with deep intercession with the politics and the structures of the society. The intolerance gave the keynote and on opposite sides, the idolater papists competed, as the Catholics were designated by the Protestants, versus heretics, followers of Adventists sects, as the Reformed were called by the majority Church.

Keywords: Protestants; Catholics; Bahia.

¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Possui graduação em História e mestrado em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Professora titular plena da Universidade Estadual de Feira de Santana e Coordenadora do Centro de Pesquisas da Religião da mesma universidade. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Religiões, atuando principalmente nos seguintes temas: ferroviários, Bahia, religião e gênero, protestantismo e movimentos sociais.

Introdução

Pretendemos analisar a inserção dos protestantes na Bahia, as relações e os conflitos entre reformados e católicos no século XIX. Destacamos os Anglicanos, que estabeleceram a Bahia British Church na década de 1820; a Igreja Presbiteriana, organizada em 1872; e a Primeira Igreja Batista do Brasil, fundada em 1882, em Salvador, capital da Província.

O texto se delinea na perspectiva da História Cultural, baseando-se em noções de práticas e representações (CHARTIER, 1998). Para se explicitar as relações e conflitos ocorridos no cenário religioso baiano após a instalação do protestantismo, o conceito de campo religioso (BOURDIEU, 1974) é operacional, na medida em que os agentes religiosos mantinham intercursos sociopolíticos.

As investidas de protestantes no território brasileiro, durante o período colonial, ocorreram de forma esporádica e vinculadas às guerras religiosas decorrentes da Reforma Protestante no século XVI e da política mercantilista da Europa moderna. Huguenotes no Rio de Janeiro no século XVI, calvinistas na Bahia e em outras localidades do Nordeste, no século XVII, fundaram comunidades evangélicas, que duraram apenas o tempo da ocupação francesa e holandesa. Eram os hereges invasores, segundo o Padre Vieira, que vivia na Bahia no período da ocupação flamenga.

A inserção sistemática do protestantismo no Brasil ocorreu na primeira metade do século XIX, em decorrência de uma conjunção de fatores de ordem econômica e política. Os anglicanos adentraram ao País como comerciantes nas grandes cidades e os luteranos, como pequenos colonos no interior das regiões sul e sudeste. Fundaram suas igrejas para propiciarem assistência espiritual aos fiéis de origem inglesa e alemã, respectivamente. Esses dois grupos são considerados, por excelência, protestantismo de imigração.

Na segunda metade do século XIX, um segundo grupo, denominado de protestantismo missionário, instalou-se no Brasil. Fatores que propiciaram: uma nova corrente migratória vinda dos EUA; a expansão dos interesses comerciais norte-americanos no Brasil; aspectos religiosos se alinharam, a exemplo do avivamento missionário, ocorrido entre as denominações protestantes dos Estados Unidos. A partir de 1858, missionários de origem congregacional, metodista, presbiteriana, batista e episcopal fundaram suas igrejas no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Decorrente do espírito proselitista, o protestantismo missionário irradiou-se pelo território nacional.

A Igreja Católica manteve-se como religião majoritária e oficial do Império, ligada às instâncias de poder, através do Padroado, até a Proclamação da República em 1889. O catolicismo enraizou-se na cultura brasileira, tanto quanto na paisagem urbana. Observando-se Salvador, dir-se-ia que o próprio *ethos* da cidade configurou-se, a partir do catolicismo. Conforme Costa e Silva: “o sagrado envolveu e pontuou a cidade, orientando-a. As edificações religiosas destacavam-se do conjunto... era a cidade episcopal” (SILVA, 2000, p.28). Salvador era a sede do Arcebispado Primaz do Brasil, centro do poder eclesiástico católico.

As religiões de origem africana, apesar de discriminadas, tinham o seu lugar no cenário religioso baiano, bem como as irmandades negras, quando da chegada dos protestantes no século XIX. O Espiritismo ganhou destaque no Brasil na década de 1860. A partir da leitura das obras de Alan Kardec, muitos brasileiros se interessaram pelo pensamento kardecista. Na Bahia, o jornalista Luiz Olímpio Teles de Menezes (1825-1893) traduziu parte da obra *O Livro dos Espíritos*, de Kardec, e tornou-se um divulgador,

também estabelecendo acirrada polêmica com o clero católico.

Anglicanos na Bahia afro-católica

A transferência da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, afetou sobremaneira o campo religioso brasileiro. Como nação oficialmente protestante, a Inglaterra garantiu para os seus súditos privilégios de caráter religioso, sem precedente na colônia. É evidente que tais privilégios, que se opunham frontalmente ao monopólio da Igreja Católica, só foram concedidos em decorrência do poder econômico que a Inglaterra possuía sobre Portugal. O artigo 12 do Tratado de Navegação e Comércio declarava: [...] “Que os vassallos de S.M. Britânica residentes nos territórios e domínios portugueses não seriam perturbados, inquietados, perseguidos ou molestados por causa de sua religião”. (RIBEIRO, 1973, p. 17).

A partir da primeira década do século XIX, centenas de comerciantes ingleses estabeleceram-se na sede da monarquia e nas principais cidades brasileiras. Foram as colônias britânicas, que trouxeram o anglicanismo para o Brasil, usufruindo todas as garantias e privilégios concedidos pelo governo luso-brasileiro. Em 1819, a Christ Church foi oficialmente organizada no Rio de Janeiro. Três anos após o estabelecimento oficial da Igreja Anglicana no território nacional, a colônia britânica da Bahia já realizava os ofícios em uma capela designada para o Serviço Divino (WALSH, 1985).

Em 1821, visitando Salvador, Maria Graham participou de um ofício realizado na capela inglesa, e que teve como oficiante o Reverendo Robert Synge, segundo ela “homem de maneiras alegres e sociáveis, mas extremamente atento, tanto como capelão quanto como protetor de seus patrícios pobres” (GRAHAM, 1990, p. 174). A viajante inglesa encantou-se com a dignidade com que se realizou o culto, sinal talvez, de que tivesse algum receio de desordens promovidas por populares não acostumados com cultos acatólicos. Os anglicanos já se reuniam em alguma casa particular desde 1814, quando da instalação do Cemitério Britânico, mas só posteriormente passariam a se congregar em capela própria.

Os britânicos tinham consciência de que o estabelecimento da Igreja Anglicana no Brasil era decorrente das concessões feitas à nação inglesa. Graham registrou que o Reverendo Synge “rezou por D. João de Portugal, soberano destes domínios, por cuja graciosa permissão nos é permitido reunirmo-nos e cultivar a Deus segundo nossa consciência” (GRAHAM, 1990, p. 174).

Em 1836, a Igreja Anglicana na Bahia ou Igreja de São George estava sob a direção do Reverendo Edward G. Parker, que “na qualidade de capelão tem que celebrar o Serviço Divino segundo as fórmulas de sua Igreja na casa particular próxima a Vitória para isso escolhida” (OFÍCIO de 5/ set./1836 DO CONSUL INGLÊS ao PRESIDENTE da PROVINCIA da BAHIA). Cumprindo as determinações do tratado, o vice-cônsul inglês, através de um ofício, apresentava o Reverendo Parker ao presidente da Província e indicava o local onde se congregavam os anglicanos. O bairro da Vitória era o local onde se concentrava o maior número de estrangeiros, e a maioria dos ingleses residia em chácaras e casarões do morro que dava no mar da Baía de Todos os Santos.

Kidder ao chegar a Salvador, no período regencial, foi recebido pelo Reverendo Parker e o cônsul norte-americano. Após ter visitado o cemitério e a capela anglicana, opinou, “que a capela poderia acomodar 80 a 100 pessoas e os frequentadores, porém, eram em média cerca de sessenta, isto é, mais ou menos

metade dos ingleses da cidade” (KIDDER, 1980, pp. 67-68). Como vendedor de Bíblias, o missionário trouxera uma remessa para o Reverendo Parker. Em 1853, no Campo Grande, foi construído um templo conhecido como a Igreja dos Ingleses, simples e sem sinais exteriores de templo, como recomendava o tratado de 1810. Fletcher, visitando a província baiana por volta de 1855, referiu-se a boa assistência aos cultos anglicanos e não deixou de elogiar a competência do capelão (FLETCHER, KIDDER, 1941, p. 213).

Tal qual ocorreu no Rio de Janeiro, foi a linha protestante da Igreja Anglicana, que se instalou em Salvador. A Capelania Consular terminou em 1907. A partir dessa data, a comunidade foi sustentada pela colônia britânica e administrada por um conselho eleito pela mesma, e a Bahia British Church ou Igreja de São George continuou mantendo sua ligação com a Igreja Anglicana. O ingresso na comunidade fazia-se a partir do batismo infantil, cabendo aos pais a tarefa de conduzir seus rebentos à pia batismal. Esse era por aspersão como entre os católicos. Adultos também eram batizados, demonstrando adesão ao grupo.

Para prestar assistência aos ingleses, fundou-se um hospital, denominado Hospital Britânico, o qual foi sempre administrado por um médico inglês. Ferdinand Denis, passeando entre a Vitória e a Barra, em 1817, descreve-o como edifício de bom aspecto, e Maria Graham, em 1821, também registrou o hospital, funcionando ao lado da capela inglesa. Durante o período pesquisado, o anglicanismo manter-se-ia como uma confissão religiosa de uma minoria étnica, com um crescimento apenas vegetativo. Eram raríssimos os brasileiros que participavam de algum ofício religioso.

O núcleo da colônia britânica, que fundou o anglicanismo no Brasil, era composto, principalmente, por comerciantes, donos de negócios e empreendimentos, caixeiros, jovens ingleses em busca de enriquecimento. O significativo número de engenheiros confirma a tese da expressiva participação da Inglaterra no processo de modernização do Brasil no século XIX e início do passado. O capital e a tecnologia britânicos construíram a primeira estrada de ferro da Bahia — a São Francisco Railway—, em 1863. Várias firmas de empreendimentos urbanos prestavam serviços à Província e, posteriormente, ao Estado da Bahia (SILVA, 1998).

No decorrer do século XIX outras capelanias anglicanas foram organizadas em Recife; em Belém; em São Paulo; e Morro Velho, na Província de Minas Gerais. Em 1869, as capelanias inglesas passaram para a jurisdição do bispo das Ilhas Falklands (Malvinas) e América do Sul. O primeiro bispo foi o Reverendíssimo Waite H. Stirling, que visitou o Brasil em 1875 e recomendou aos seus fiéis anglicanos a evangelização dos escravos, que mantinham em seus negócios e empreendimentos.

Calvinistas em terras católicas

Como fruto dos esforços do jovem missionário Ashbel G. O. Simonton, que havia chegado à corte imperial brasileira em 1859 (onde fundou uma classe bíblica), em 1862 instalou-se oficialmente a Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro. Constituíam a sua membresia, além do cofundador Reverendo Blackford e sua esposa Elisabeth, Helen Simonton, esposa de Ashbel e o brasileiro Serafim Pinto Ribeiro. Sofreram dificuldades e perseguições, porém contaram com o apoio do missionário Robert Kalley, fundador da Igreja Evangélica Fluminense, de origem Congregacional. Esse era um médico que havia trabalhado na Ilha de Madeira e se tornara amigo do Imperador D. Pedro II, aplainando, assim, os primeiros passos do protestantismo missionário no Brasil (ALMEIDA, SANTOS, SILVA, 2011).

Os Presbiterianos instalaram-se em São Paulo, em 1863. O missionário Blackford organizou uma missão com o objetivo de divulgar as doutrinas reformadas entre os brasileiros. No ano seguinte, o padre José Manoel da Conceição converteu-se e ingressou na Igreja Presbiteriana. Tornou-se um místico protestante que, ao romper com a Igreja Católica Romana, fez “uma Profissão de Fé Evangélica, num estilo compulsivo e ardente” (LEONARD, 2002, p. 65). A atuação do mesmo no interior paulista foi uma grande contribuição para a expansão presbiteriana no País. Fundaram o jornal *A Imprensa Evangélica* e o presbitério, seguindo o governo eclesiástico conciliar. Organizaram o Colégio Internacional, em Campinas, e a Escola Americana, futuramente Colégio Mackenzie, em São Paulo (ALMEIDA, SANTOS, SILVA, 2011).

Em fevereiro de 1871 o missionário Francis Joseph Christopher Schneider desembarcou no porto de Salvador com a missão de estabelecer uma missão protestante presbiteriana. Schneider partiu de São Paulo trazendo recomendações do Reverendo Richard Holden a amigos protestantes na cidade (SILVA, 1998, p. 48). Organizou-se a primeira congregação presbiteriana em 21 de abril de 1872. No primeiro ano de residência em Salvador, Schneider realizou visitas e pregou apenas três vezes. A missão parecia fracassar, mas no ano seguinte pregou para auditórios com cerca de 30 pessoas. O livro de atas registra a ocorrência da primeira reunião em que se deu a organização do grupo e o batismo e profissão de fé do primeiro membro luso-brasileiro, Torquato Martins Cardoso (LIVRO I de ACTAS da IGREJA PRESBITERIANA da BAHIA). Os presbiterianos também batizam as crianças, e por aspersão.

A missão presbiteriana sofreu dificuldades. Sem o aguerrido espírito proselitista dos batistas, apresentou um fraco crescimento numérico. Seus pastores trabalhavam pregando em público e de casa em casa, além de administrarem os trabalhos de colportores das sociedades bíblicas de Nova York e Londres. Deslocaram-se para o interior da Província, organizando em 1875 a Igreja Presbiteriana de Cachoeira, cidade importante do Recôncavo Baiano, bem como diversas congregações filiadas em vários locais do sertão baiano. Schneider permaneceu pouco tempo na Bahia, mas tendo cumprido a missão, voltou para os Estados Unidos.

A Igreja Presbiteriana do Brasil, só estabeleceu uma congregação em Feira de Santana, Bahia, na segunda metade do século passado. Porém o esforço evangelístico foi promovido desde o final do século XIX: o Reverendo George Chamberlain distribuía Bíblias e folhetos evangélicos e realizava cultos públicos nas praças da cidade feirense, buscando usufruir dos direitos republicanos da liberdade religiosa. Além de evangelistas, Chamberlain e sua esposa foram educadores e fundaram escolas em São Paulo, a exemplo do Colégio Mackenzie, uma escola para meninas em São Félix e Feira de Santana, as quais a filha do casal, Laura Chamberlain Waddel, deu prosseguimento, seguindo sua genitora, a Sra. Mary Ann A. Chamberlain (SILVA, 2010).

Os Batistas na Bahia

A Guerra de Secessão, ocorrida nos EUA entre 1861-1865, foi uma luta fratricida em torno da escravidão, mas, sobretudo significou a concretização das tensões entre um estilo de vida baseado na agricultura e uma civilização em franco processo de industrialização. Antes mesmo da guerra, a escravidão havia provocado controvérsias nas denominações protestantes estadunidenses. Em 1845, a Convenção Batista se recusou a admitir proprietários de escravos. Tal atitude provocou uma dissidência, pois as igrejas sulistas,

não admitindo tal decisão, organizaram-se em uma convenção separada das igrejas do norte. Formou-se assim a Convenção Batista do Sul com sede na Virgínia, a qual admitia o trabalho escravo.

Com o término da Guerra Civil a reconstrução foi um processo árduo para os sulistas. Muitos se deslocaram de sua pátria em busca de novas terras e das velhas práticas, como a agricultura e a escravidão. Dentre os 10.000 sulistas, aproximadamente, que deixaram os EUA após a Guerra de Secessão, cerca de 2.000 radicaram-se no Brasil e muitos eram protestantes, os quais, numa tentativa de preservação cultural, mantiveram a língua e a religião nacionais, valendo-se dos seus próprios pastores. O governo imperial não só tolerou, mas deu um grande incentivo à imigração norte-americana.

Alguns pastores se constituíram em verdadeiros agentes a serviço da imigração, a exemplo do Reverendo Ballard Smith Dunn, que havia sido reitor da Igreja de S. Felipe, em Nova Orleans, e embarcou para o Brasil em 1865, a fim de se estabelecer e preparar o caminho para os seus compatriotas sulistas. Para Dunn, o Brasil era a Nova Canaã, a terra prometida onde os confederados derrotados da Guerra de Secessão poderiam reconstruir suas vidas e suas propriedades, incluindo a mão de obra escrava. Seu livro *Brasil the Home For Southerners* foi uma poderosa propaganda na divulgação da “bênção” que eram as terras brasileiras para os estadunidenses do sul.

Da produção do café, principal produto da pauta de exportação brasileira, 75% era absorvido pelos EUA. Os primeiros investimentos norte-americanos no País datam desse período. A Manhattans Blecker Street comprou do Visconde de Mauá, em 1866, a concessão para explorar uma linha de carris e organizou a Botanical Rail Road Company. Os colportores, que antecederam os missionários, a exemplo de Kidder e Fletcher, não só divulgavam as doutrinas protestantes, como também incentivavam a intensificação do comércio e das relações entre o Brasil e os EUA. Visitando uma fábrica de tecidos no interior da Bahia, Fletcher registrou a “disciplina dos operários comandados pelo coronel Carson, um americano de grande energia e iniciativa” (FLETCHER, KIDDER, 1941, p. 227-231).

É plausível afirmar que as missões protestantes, instaladas no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, faziam parte de um movimento maior de expansão dos EUA na América Latina. Os missionários que vinham pregar o Evangelho no Brasil eram homens e mulheres do seu tempo — tempo de expansão capitalista —, e se instalaram no Brasil a partir desse quadro. Ou melhor, aportaram no território brasileiro no mesmo navio que fazia o rentável comércio do café. William Bagby e Ana Luther, primeiro casal de missionários batistas enviados ao Brasil, desembarcaram no Rio de Janeiro do navio Yamouyden, “da companhia da família Levering, família baptista que negociava com café no Brasil” (HARRISON, 1987, p. 19).

A concepção de *Destino Manifesto*, expressa em meados do século XIX para justificar a anexação do Texas, Oregon e Alaska, continuou a ser posta em prática ao longo da segunda metade do século. Os EUA, convencidos de sua superioridade política, tinham uma missão a cumprir junto aos povos menos favorecidos. A propaganda de certos meios religiosos trabalhava no mesmo sentido.

Em Santa Bárbara D’Oeste (São Paulo), entre os imigrantes, existiam várias famílias batistas. Essas famílias reuniram-se em 10 de setembro de 1871 e organizaram a Primeira Igreja Batista em território brasileiro, composta exclusivamente de norte-americanos, para atender as suas necessidades religiosas. Esse primeiro núcleo batista instalado no Brasil possuía todas as características de protestantismo de imigração: o serviço religioso era feito em inglês e não iniciou trabalho missionário entre os brasileiros.

Gestões do ex-confederado general Hawthorne, junto à Convenção Batista do Sul dos EUA, foram determinantes para que a Junta de Richmond enviasse missionários ao Brasil. Em 1880, em relatório apresentado à Convenção, o general mostrou as vantagens do País: “São recebidos de coração aberto os imigrantes industriais de todos os países estrangeiros e especialmente os dos EUA...” Hawthorne planejou fundar uma colônia norte-americana no interior da Bahia, porém por motivos familiares retornou ao seu país desistindo do empreendimento, mas continuou entusiasmado: “é evidente para nós que Deus na sua providência tem preparado de uma maneira muito especial aquela pátria e aquele povo generoso para os exércitos evangelizadores da nossa denominação” (CRABTREE, 1953, p. 36).

Em março de 1881, o casal de missionários, William Bagby e a sua esposa Anne Bagby, chegou ao Rio de Janeiro, disposto a divulgar as doutrinas batistas aos brasileiros. Os Bagby, de imediato, se integraram às atividades religiosas da colônia de Santa Bárbara. No colégio presbiteriano de Campinas, permaneceram quinze meses aprendendo a língua portuguesa e lecionando a algumas classes, pois havia escassez de professores.

Dois meses após a chegada dos missionários à Bahia, em 15 de outubro de 1882, foi organizada a Primeira Igreja Batista do Brasil, em Salvador, capital da Província, composta de cinco membros: os dois casais de missionários norte-americanos e o ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque, antigo prosélito metodista. A igreja da Bahia é considerada como a primeira brasileira exatamente por suas características: além de não ter sido organizada para os fiéis americanos, tinha objetivos missionários e contava na sua membresia com brasileiros. A Igreja de Santa Bárbara resumia-se às necessidades espirituais dos colonos americanos (TEIXEIRA, 1975).

A Primeira Igreja Batista do Brasil, instalada em Salvador, fazia parte dos objetivos do comitê norte-americano para divulgação das doutrinas batistas. O Reverendo Bagby esclareceu nesses termos: “[...] Escolhemos a Bahia por diversas razões: primeiro pela sua grande população... Encontramos ali massas do povo ao alcance imediato. Segundo, a região que cerca a cidade é muito povoada.” (CRABTREE, 1953, p.36). O Reverendo Taylor, na sua autobiografia, referiu-se às mesmas razões, acrescentando o fato de a Bahia “ter sido a capital civil e agora ser a capital eclesiástica do País”. Fatores econômicos e de comunicação foram decisivos para a escolha da Bahia como local estratégico para o estabelecimento da Denominação Batista no País.

Os missionários não mediram esforços para concretizar as tarefas de divulgação da mensagem batista, tendo como objetivo principal a conversão de prosélitos. Para “salvar as almas perdidas” não se contentavam com os cultos públicos realizados no templo. Num verdadeiro corpo a corpo, partiam em busca dos novos adeptos. Segundo o relatório do Reverendo Taylor: “Eles não nos procuravam, portanto, nós precisávamos procurá-los. Concordamos, então, em por um Novo Testamento no bolso e sair pelas ruas, entrar nas lojas ou em qualquer lugar onde pudéssemos achar alguém disposto a ouvir” (HARRISON, 1987, p. 35).

Um auxiliar dos missionários foi o ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque, considerado como o primeiro batista brasileiro. O Reverendo Teixeira Albuquerque era um estímulo para as lides evangélicas dos pioneiros, um exemplo de que o Evangelho converteria as pessoas, pois até um padre católico havia se convertido. A divulgação de Bíblias e literatura evangélica fazia parte da estratégia dos missionários. Pela leitura, as pessoas tomariam conhecimento de seus ensinamentos para encontrarem o verdadeiro caminho

da salvação. Podiam contar ao final do ano de 1884, 50 novos membros batizados, conforme o rito batista, isto é, imersão e batismo de adultos.

Em 1884, o Reverendo Bagby fundou a Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro. Os novos missionários J. J. Taylor, J. L. Dowing B. Stenger Mary Wilcox e Salomão Ginsburg vieram reforçar a missão batista: organizaram comunidades em Campos, Niterói, São Paulo, Juiz de Fora e Belo Horizonte. A Missão Batista Brasileira contava com 8 igrejas e 312 membros ao final do Império. Colégios foram organizados em Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Recife, como verdadeiros instrumentos de evangelização ou busca de aceitação entre as classes mais altas, tradicionalmente católicas. Uma tipografia funcionava nas dependências do templo, em Salvador. Publicou folhetos, o jornal *Eco da Verdade*, mais tarde *A Nova Vida* e a obra *A Origem dos Batistas* de H. Ford, sob a direção do Reverendo Taylor, o qual assinou o prefácio, em 1886. Eram estratégias para a divulgação dos princípios batistas.

As camadas populares de trabalhadores braçais, operários e afrodescendentes constituíam, majoritariamente, a membresia batista, tanto na Bahia, quanto em outras regiões no século XIX. E. Leonard e E. Willems, estudando o protestantismo brasileiro, são unânimes em afirmar que dentre as denominações históricas, que se organizaram no século XIX no País, a batista é a que mais apelava às classes baixas (LEONARD, 2002; WILLEMS, 1967).

A reação católica aos concorrentes

A Igreja Anglicana, estabelecida no Brasil e na Bahia, identificava-se com o protestantismo de imigração: os serviços religiosos eram feitos em inglês para a colônia britânica; a Igreja de São George foi organizada para atender às necessidades espirituais dos ingleses e seus descendentes, sem nenhuma preocupação proselitista. Estabelecida por força de um tratado, moveu-se sempre dentro dos limites das concessões, evitando confrontos, pois estava vedado pregar, publicamente, contra o catolicismo.

Diferentemente dos protestantes de origem missionária, os anglicanos reconheciam a Igreja Católica como cristã e não se dispunham a fazer proselitismo em meio à população católica. Porém, a Igreja Católica não ficaria impassível diante da instalação de uma nova comunhão religiosa no País. Antes mesmo de 1819, quando da fundação da Christ Church no Rio de Janeiro, o clero católico reagiu à invasão do seu espaço secularmente garantido. Em 1805, o Reverendo anglicano Henry Martyn, dirigindo-se para o seu campo missionário na Índia, fez escala em Salvador. A visita de Martyn “produziu não pouca agitação nessa cidade do Norte do Brasil. Foi atacado verbalmente pelo clero católico romano e durante os dias que esteve ali (aqui) sustentou animados debates teológicos com eles em francês e em latim”. (MILMINE, 1993, p. 51).

O Reverendo Martyn escandalizou-se com as manifestações da fé católica, não escondendo o seu desprazer ante a figura de um frade postado diante de uma igreja a recolher esmolas, enquanto passantes beijavam-lhe as mãos ou tiravam respeitosamente o chapéu. Concluiu que no País “há cruzes em abundância, mas quando será ali sustentada a doutrina da cruz?” (AUGEL, 1980.p.32). Observa-se o zelo protestante do reverendo, preocupado em que a população conhecesse a “doutrina da cruz” pela ótica anglicana, pois a quantidade de cruzes existentes, no seu ponto de vista, nada garantia, pois estava pejada dos erros do catolicismo.

Quando da assinatura do tratado que concedia tolerância religiosa aos súditos britânicos, o Arcebispo de Nisibis, que estava no Rio de Janeiro, protestou contra as medidas do governo de D. João, ameaçando inclusive com a volta da Inquisição, “para cuidar dos interesses da religião católica e refrear o progresso dessa heresia entre os brasileiros”. O bispo do Rio de Janeiro opinou que:

os Ingleses, realmente não possuem nenhuma religião, mas são um povo orgulhoso e obstinado. Se lhes fizerem oposição eles vão persistir e fazer disso um caso de grandes proporções; mas se cedermos a seus desejos, a capela será construída e ninguém jamais se aproximará dela (WALSH, 1985, p. 142).

Interessava aos ingleses a tranquilidade necessária para desenvolver os seus negócios. O tenente Thomas O’Neil, no seu relato da viagem da família real portuguesa ao Brasil, reputou as práticas católicas como supersticiosas, porém, admitiu que os britânicos possuíam também “os seus costumes frívolos, muitos preconceitos”, mas todas “as cerimônias religiosas deveriam ser consideradas sagradas, e o menor comentário insultuoso deveria ser punido severamente.” Concluiu dizendo que as boas relações entre nações de diferentes religiões “assegura a facilidade de expandir o comércio e de ampliar o amor fraterno universal” (O’NEIL, 2007, p. 82 e 83).

A Igreja Católica e algumas autoridades não viram com bons olhos o estabelecimento da Igreja Anglicana em Salvador. Compulsando a correspondência consular, encontra-se registrado um incidente ocorrido com o Reverendo Parker, em 1847, uma espécie de prisão domiciliar, ordenada por um major, que tendo colocado dois soldados armados na porta da residência do clérigo, proibia qualquer pessoa de entrar ou sair da referida casa. De imediato, o cônsul britânico oficiou ao Presidente da Província exigindo providências e a não repetição do fato (SILVA, 1998).

Outro momento de atrito entre a Igreja Católica e os anglicanos foi quando da presença do missionário episcopal Richard Holden em 1863, em Salvador que, numa ação incomum, resolveu fazer cultos e Escola Dominical em língua portuguesa, para os brasileiros, além de distribuir Bíblias e literatura evangélica. A reação foi imediata: o Arcebispo Católico, D. Manuel Joaquim da Silveira, nos jornais locais, acusou de falsos e mentirosos a Bíblia e o material distribuído por Holden. Travaram uma intensa polêmica teológica nos jornais locais (DIÁRIO DA BAHIA, 27 e 28/1/1863 e 7/5/1863). O missionário, juntamente com sua congregação, foi vítima de agressão física e invasão da casa onde se reuniam. Queixando-se ao cônsul inglês, o mesmo encaminhou solicitação de abertura de inquérito ao Presidente da Província.

D. Manuel Joaquim da Silveira, em 1862, já havia publicado uma pastoral contra as adulterações da Bíblia que os protestantes estavam vendendo. Trata-se do colportor Thomas Gallart, que antecedeu Holden nas atividades proselitistas em Salvador. Tomando conhecimento da Pastoral Católica, Holden escreveu uma réplica, intitulada *Os Livros Apocryphos: o Seu Direito de ser Incluídos na Bíblia Sagrada*, editado em 1863, pela Sociedade de Tratado Americana. Certamente que as tensões provocadas pela Questão Christie, problemas diplomáticos com a Inglaterra, agravaram as discórdias, mas passadas essas turbulências reinou uma espécie de acordo de damas entre as duas igrejas (SILVA, 1998).

A identificação de anglicano com inglês era algo muito comum, entre os brasileiros no período. Tanto no Rio de Janeiro quanto na Bahia, a Igreja Anglicana ficou conhecida popularmente como Igreja dos Ingleses. Juntamente com a Igreja Luterana, a Anglicana formava verdadeiros guetos dentro do território brasileiro. Na formação e na preservação dessas “ilhas”, o protestantismo foi um elemento de resistência

cultural e de manutenção do *ethos* dos mais eficazes.

Na medida em que as denominações protestantes expandiam-se, começaram a preocupar a hierarquia católica. A adesão de muitos fiéis católicos ao protestantismo era lamentada pelo Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil D. Luís Antônio dos Santos, como:

Trânsfugas que deixando-se vencer na sua fraqueza tem se deixado apanhar pelos laços da malícia e perseguição, não podemos deixar de lamentar. A esses infelizes pois dirigimos nossos rogos para que voltem aos arraiais, em que a luz do Evangelho iluminou os seus primeiros dias (CARTA PASTORAL, D. LUIS ANTONIO dos SANTOS, 1885, p. 5/6).

No entanto, nenhum fato agravou de tal forma as tensas relações entre católicos e protestantes do que a liberdade de cultos. Na opinião da hierarquia católica “dissolveria entre os brasileiros a unidade de doutrina em matéria de fé.” *O jornal Católico Leituras Religiosas* assim registrou o descontentamento que a Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro expressava:

Egreja separada do estado, estado separado da Igreja... não pode, primeiramente, deixar de nos causar magua ver esta Igreja... confundida de repente e posta na mesma linha com algumas seitas heterodoxas que alluvião recente da imigração européia tem trazido às nossas plagas! (LEITURAS RELIGIOSAS DE 20/4/1890, p. 1).

Por outro lado, a intolerância e a desqualificação dos católicos pelos protestantes também existiram, dificultando o diálogo. Os missionários batistas viam os jesuítas e o clero católico como os papistas perseguidores, que viviam a inquisitoriar os pregadores batistas, além de considerarem a Igreja Católica como a “que tem obscurecido, substituído e escondido as doutrinas da Bíblia” (TAYLOR, 1967, p. 27). Para os pioneiros batistas, o catolicismo não era considerado como uma religião cristã, mas puro paganismo que tinha deturpado as verdades bíblicas. O verdadeiro cristianismo era o seguido pelas igrejas evangélicas, era o que pregavam os líderes batistas.

O ataque à Igreja Católica, na verdade, era um dos métodos de evangelização utilizados pelos líderes batistas. A divulgação dos folhetos *Três razões Porque Deixei a Igreja de Roma* e *O Retrato de Maria como ela está no Céu*, escritos por Teixeira de Albuquerque, causou mais atritos com os católicos e desencadearia uma agressiva reação por parte da igreja majoritária, que reverberou contra os “hereges” como “inimigos que têm como intuito plantar a discórdia, enfraquecer a união, desviar os fracos e roubar-lhes o mais precioso legado de nossos pais, a nossa Religião” (CARTA PASTORAL de D. LUIS ANTONIO dos SANTOS, 1885).

A República foi saudada pelos protestantes como um tempo de liberdade religiosa, quando cessariam as perseguições, que eram decorrentes da hegemonia do catolicismo e do agressivo proselitismo de uma mensagem sempre colocada em oposição às doutrinas católicas. A missionária Kate Taylor, entusiasmamente expressou a sua opinião:

Nunca foi realizada tão dignamente uma grande revolução. Já estamos ceifando vantagens desta boa ordem. Antigamente o populacho podia apedrejar nossas casas de culto, abusar dos nossos membros nas ruas e a polícia estava sempre convenientemente ausente. (CRABTREE, 1962, p. 91).

D. Kate Taylor não avaliava a importância política para o País da mudança de regime. A República foi elogiada em função da liberdade religiosa que inaugurou.

Na acirrada disputa de espaço no campo religioso, muitas vezes a argumentação ganhou a forma de denúncias de que a Igreja Católica era monarquista, atrasada e que conspirava contra a novel República ao se posicionar contra o casamento civil e a liberdade religiosa. A não aceitação do casamento civil por parte da Igreja Católica provocou muita polêmica entre os dois grupos religiosos, colocando-se sempre o catolicismo como refratário ao cumprimento das leis republicanas e os protestantes, como cidadãos honrados, respeitadores das autoridades instituídas.

A proclamação da República trouxe a liberdade religiosa, porém muitos conflitos persistiram entre os grupos cristãos. Em Feira de Santana, que tinha como padroeira a Senhora Santana, o Reverendo Chamberlain sofreu perseguições e constrangimentos. Conforme as fontes, em uma das atividades evangelísticas, foi

vaiado o pastor protestante Chamberlain, cidadão norte-americano, ao iniciar na Praça João Pedreira uma conferência de propaganda religiosa. A polícia intervém no sentido de dispersar os agressores, que retornavam de uma procissão. Estabeleceram-se correrias e tumultos. Feridos, a pedra, diversas pessoas (FOLHA DO NORTE, 24/03/1940, p. 4).

George W. Chamberlain residiu de 1896 a 1899 em Feira de Santana. Vítimas de epidemia, dois de seus filhos foram enterrados no cemitério Piedade, próximo à Igreja Católica da Matriz. Embora os filhos do missionário tivessem falecido em 1899, em plena República, o cemitério continuava a ser administrado pela Santa Casa de Misericórdia, que proibia o sepultamento de protestantes para não “profanar o Santo Solo”. Os jovens foram enterrados numa parte dos fundos, onde havia um muro que separava os falecidos católicos dos protestantes. Após o falecimento dos seus filhos Chamberlain transferiu-se com a família para a cidade de Cachoeira, no Recôncavo.

Considerações finais

A Igreja Católica reagiu à presença de outras confissões cristãs, colocando-se como a religião dos brasileiros e o protestantismo como seita estrangeira. No que pese o ressentimento da hierarquia católica com a liberdade religiosa, de fato, o estrangeirismo dos evangélicos brasileiros era algo muito visível. Mesmo as denominações que tinham um objetivo missionário de converter os nacionais, não souberam despir-se dessa roupagem estrangeira, que remetia às suas origens anglo-saxônicas, propiciando o surgimento de cismas, que resultariam na Igreja Presbiteriana Independente e a Missão Batista Independente, organizadas na primeira década do século XX.

Apenas a partir da década de 1950, católicos, anglicanos e presbiterianos, encetaram um diálogo ecumênico, liderado pela Confederação Evangélica do Brasil, com pautas sobre os problemas sociais e políticos do País. Quanto aos batistas, mantiveram o exclusivismo doutrinário, omitindo-se de qualquer participação em instâncias interdenominacionais ou ecumênicas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Vasni; SANTOS, Lyndon; SILVA, Elizete da. “ *Fiel é a Palavra*”: Leituras Históricas dos Evangélicos Protestantes no Brasil. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.
- AUGEL, Moema Parente. *Visitantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista*. Brasília: Cultura/MEC, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1998.
- CRABTREE, A. R. *Baptists in Brazil*, Rio de Janeiro: Baptist Publishing House, 1953.
- FLETCHER, J; Daniel Kidder, *O Brasil e os Brasileiros*. Rio de Janeiro: Nacional, 1941.
- GRAHAM, Maria *Diário de Uma Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1990.
- HARRISON, Helen Bagby *Os Bagby do Brasil*, Rio de Janeiro: JUERP, 1987.
- KIDDER, Daniel *Reminiscências de Viagem e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*, Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1980.
- LEONARD, Emile *Protestantismo Brasileiro*. São Paulo: ASTE, 2002.
- MILMINE, Douglas. *La Comunión Anglicana em América Latina*. Santiago: Banka Gráfica, 1993.
- O’NEIL, Thomas. *A Vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2007.
- RIBEIRO Boanerges. *Protestantismo no Brasil Monárquico*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- SILVA, Candido Costa. *Os Segadores e a Messe, O Clero Oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000.
- SILVA, Elizete da. *Cidadãos de Outra Pátria Anglicanos e Batistas na Bahia*. Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo-USP, 1998.
- SILVA, Elizete da. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira. Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.
- TAYLOR, Zacarias. *The Rise and Progress of Baptist Mission in Brazil*. EUA: Cuachita Baptist University, 1969.
- TEIXEIRA, Marli Geralda. *Os Batistas na Bahia. 1882 – 1925. Um Estudo de História Social*. Salvador. Dissertação de Mestrado em História. UFBA, 1975.
- WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo Itatiaia/EDUSP, 1985.
- WILLEMS, E. *Followers the New Faith*. Nashville: Tenn. Vanderbilt University Press, 1967.